

O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS¹

Paula Maria Cobucci Ribeiro COELHO² (UnB)

RESUMO: Este artigo apresenta uma investigação sociolingüística do tratamento da variação lingüística nos livros didáticos de Língua Portuguesa aprovados pelo Ministério da Educação para o Ensino Médio. De forma geral, pretende-se analisar as concepções de língua presente nos livros didáticos e a forma como tais concepções evidenciam aspectos sociolingüísticos para o aluno/professor, como a noção de “certo” e “errado”, *variação lingüística*, *mudança lingüística* e *preconceito lingüístico*. Assim, acreditando ser a escola o melhor meio para educar a população, e o livro didático, o principal veículo nessa tarefa, é importante verificar como esse material está apresentando a variação lingüística.

ABSTRACT: This article presents a socio-linguistics study on linguistics variation approach to the Portuguese Language textbooks, which have been approved by the Ministry of Education for high school level use. In general, the purpose of this is to evaluate the language concepts in the textbooks and the way such concepts ascertain socio-linguistics aspects for both the student and the teacher, as the meaning of “right” and “wrong”, *linguistics variation*, *linguistics change* and *linguistics prejudice*. Thus, by believing that school is the best way for granting the population education and that the textbook is the major instrument used in this assignment, it is important to ensure how this book is presenting the linguistics variation.

1. Introdução

A língua portuguesa não é única nem homogênea. Ela varia de acordo com vários fatores como *status* social, sexo, grau de instrução, profissão, estilo pessoal, contexto (formal/informal), região de origem do falante, entre outros. A variação lingüística é uma característica inerente às línguas; e o Brasil, que tem hoje mais de 180 milhões de habitantes³ e cerca de duzentos idiomas⁴ (além das línguas indígenas – aproximadamente 170 - convivem com o português brasileiro outras quase trinta línguas trazidas pelos imigrantes desde o início do século XIX, após a independência, em 1822) é, por definição, a nação da diversidade, seja nos aspectos econômico, cultural ou social. E essa diversidade se reflete em suas línguas.

O reconhecimento dessa heterogeneidade é um grande passo para que se modifique a ideologia do monolingüismo no Brasil, que insiste em padronizar (a qualquer custo) a língua falada por seus habitantes. A mudança dessa ideologia começa com a conscientização e a educação da população brasileira. Nesse contexto, a escola tem o papel fundamental de adotar uma atitude realista diante dessa diversidade e revisar o ensino preconceituoso da língua portuguesa, além de lançar novas luzes sobre o multilingüismo de nossa sociedade.

Há alguns anos, no Brasil, a variação lingüística não existia como tema de ensino para a maioria dos professores de Português, e o principal papel da escola era “enquadrar” os alunos na norma-padrão da língua portuguesa, um modelo idealizado de “língua certa”. Assim, os professores limitavam (e ainda hoje limitam) as aulas de Português ao ensino da gramática normativa, nas quais sua função era corrigir o “português errado”, além de ensinar nomenclatura gramatical e análise gramatical, descontextualizadas, sem utilidade.

A Sociolingüística, com seus estudos empíricos sobre a heterogeneidade constitutiva das línguas humanas, determinou mudanças profundas na visão do que deve ser a prática dos professores nos diversos níveis de escolaridade. Mas, hoje, ainda não há uma situação ideal. O problema está no enaltecimento da norma-padrão pela escola, atribuindo-lhe uma natureza que não possui: comunicar melhor do que as variantes não-padrão; possuir valores estéticos, identitários, patrióticos superiores.

Porém, não se trata, simplesmente, de deixar os alunos das classes populares utilizarem suas variedades lingüísticas, sem introduzi-los ao uso da norma-padrão. A função da escola é, sobretudo, ajudar o

¹ Agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa concedida.

² E-mail para contato: paulacobucci@yahoo.com.br

³ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidência>>. Acesso em: 9 set. 06.

⁴ OLIVEIRA, Gilvan Muller de. *Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico*. In: Moura e Silva (org.). *O direito à fala – A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

aluno a compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua – instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. –, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais.

Assim, acreditando ser a escola o melhor meio para educar a população, e o livro didático, o principal veículo nessa tarefa, propomos uma pesquisa que visa a empreender uma análise de como os livros didáticos de Português estão apresentando a variação lingüística, para verificar se estão ajudando a extinguir (ou pelo menos amenizar) o preconceito lingüístico tão arraigado em nossa sociedade.

Para isso, contamos com o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM – política do Ministério da Educação – MEC. Seus objetivos básicos são a aquisição e a distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos da rede pública do Ensino Médio, para apoiar o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. A fim de garantir a qualidade dos livros a serem adquiridos, o Programa desenvolve um processo de avaliação dessas obras.

Assim, a cada três anos, o MEC, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, lança o edital que estabelece os critérios pelos quais os livros serão avaliados, para os editores interessados inscreverem suas obras. A análise dos livros é feita por pareceristas especialistas na área de cada disciplina, no caso desta pesquisa, Língua Portuguesa. Ao final de cada processo, é elaborado o Guia de Livros Didáticos. Nele, são apresentadas as resenhas das obras aprovadas e as fichas que nortearam a avaliação dos livros. O Guia é, então, enviado às escolas como instrumento de apoio aos professores no momento da escolha do livro didático que será adotado em sua escola.

Para participar desse Programa, os editores devem observar alguns critérios exigidos pelo MEC, tais como evitar erros conceituais, publicidade, preconceitos (quanto à origem, raça, cor, idade, gênero, orientação sexual e **linguagem**). Ademais, há os critérios específicos para cada área e, em Língua Portuguesa, tem-se, dentre outros que “considerar a língua padrão no contexto da variação lingüística, sem estigmatizar as demais variedades”⁵.

Além disso, o Programa tem como princípio “um tratamento da variação lingüística que não se limite a fenômenos de prosódia ou de léxico, mas que evidencie o fato de que a língua apresenta variabilidade em todos os seus níveis. [...] Com o devido cuidado para não transmitir ao leitor-usuário a falsa idéia de que só existe variação na língua falada por pessoas sem escolarização formal, o que pode cristalizar a indesejada sinonímia *variação = erro*.”⁶

Considerando, portanto, que a escola tem o importante papel de ajudar o aluno a compreender a realidade lingüística com suas contradições e variedades, a estrutura e o funcionamento da língua com suas variantes sociais, regionais e situacionais, e que o livro didático, na condição de suporte do ensino-aprendizagem, tem influência direta na tarefa de promover a inserção de seus alunos na cultura letrada, é necessário verificar o tratamento da variação lingüística nesse importante instrumento.

A avaliação qualitativa do livro didático que é encaminhado às escolas públicas pelo MEC se justifica, uma vez que esse livro é, na maioria das vezes, o único material de que os professores dispõem como fonte de consulta e apoio às aulas: esses livros conduzem as práticas pedagógicas e são referências nas questões lingüísticas para alunos, professores e sociedade. Além disso, o censo escolar de 2002 (INEP)⁷ registra 8.710.584 jovens matriculados no ensino médio, sendo que a rede pública atende a 81% deles⁸. É fundamental, portanto, analisar a qualidade dos livros que o MEC, órgão máximo de educação do País, tem recomendado para uso e distribuído aos alunos do Ensino Médio público.

É preciso refletir e analisar como esses livros didáticos têm apresentado as questões de variação lingüística. Considerando que o livro tem um papel fundamental de definição dos conteúdos ministrados pelo professor, esse material não pode promover preconceitos e corroborar para a manutenção da ideologia do monolingüismo no Brasil.

Portanto, esta pesquisa tem como *objetivo geral* fazer uma investigação sociolingüística do tratamento da variação lingüística nos livros didáticos (LD) indicados pelo Ministério da Educação para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. De forma geral, pretende-se analisar as concepções de língua e de gramática presentes nos LD e a forma como tais concepções evidenciam aspectos sociolingüísticos para o

⁵ Edital de Convocação para inscrição de livro didático no processo de avaliação e seleção de obras a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático PNLD/2002.

⁶ Idem.

⁷ Disponível em: www.inep.gov.br 22 ago. 06.

⁸ Apesar do número elevado de estudantes, o ensino público só atende à demanda de cerca de 50% dos jovens que deveriam estar no ensino médio.

aluno/professor, como a noção de “certo” e “errado”, *variação lingüística*, *mudança lingüística* e *preconceito lingüístico*.

Dentro da linha desse *objetivo geral*, esta pesquisa tem como *objetivos específicos* analisar a maneira como os LD:

- a) Empregam a terminologia relacionada à variação lingüística: De forma adequada, do ponto de vista teórico? Ou confundem as expressões variação; variedade, variante, dialeto, norma-padrão com “variedade padrão” ou “língua padrão”, norma-padrão com “norma culta”?
- b) Mencionam a pluralidade de línguas existente no Brasil: Citam que existem outras línguas? Ou apresentam o português como único idioma do País?
- c) Abordam a variação: Evidenciam que a língua apresenta variabilidade nos fenômenos gramaticais? Ou limitam-se a fenômenos de prosódia (“sotaque”) e de léxico (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”)?
- d) Apresentam a variação lingüística nos capítulos destinados ao tema e tratam os fatos de gramática: Há coerência? Ou nos demais capítulos falam de “certo” e “errado”?
- e) Tratam as variedades: Abordam as variedades existentes nas línguas dos falantes urbanos escolarizados? Ou limitam-se às variedades rurais e/ou regionais?
- f) Lidam com a variação entre fala e escrita: Apresentam o amplo contínuo⁹ de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada? Ou separam rigidamente a fala e a escrita?
- g) Definem norma-padrão e variedades cultas (variedades de prestígio): Há essa distinção? Ou continuam difundindo norma-padrão como sinônimo de “norma” culta (variedade culta)?

Na primeira etapa deste trabalho, está sendo investigado o tratamento da variação lingüística nos LD de Português. Para isso, foram selecionados todos os livros aprovados pelo PNLEM 2005/2006, que perfazem um total de 9 livros.

Será observado também o manual do professor, instrumento didático, que deve fornecer subsídios para atualização e formação do professor, para verificar de que forma esse manual trata a variação lingüística e esclarece ao professor a maneira de abordá-la em sala de aula.

2. Conceitos relacionados à variação lingüística

Nesta análise estaremos adotando os seguintes conceitos relacionados à variação lingüística:

2.1. Variedade lingüística é cada uma das modalidades em que a língua se apresenta. São as variedades mais prestigiadas e as variedades mais estigmatizadas, com amplo contínuo entre os dois extremos. São variedades técnicas ou profissionais, os jargões, o juridiquês (linguagem própria dos bacharéis em Direito), o economês (linguagem própria dos economistas). Ou seja, a linguagem técnica própria de cada grupo profissional. São variedades técnicas ou profissionais, os jargões, o juridiquês (linguagem própria dos bacharéis em Direito), o economês (linguagem própria dos economistas). Ou seja, a linguagem técnica própria de cada grupo profissional.

É importante enfatizar que, do ponto de vista lingüístico, não há uma variedade melhor, mais bonita, mais certa do que outra. E isso porque todas são igualmente organizadas e atendem às necessidades dos grupos que as usam. Acontece que muitas vezes essa diferença em relação ao padrão se transforma em discriminação (como a maioria das diferenças em nossa sociedade) e as pessoas que falam de forma diferente se tornam alvo de preconceitos sociais.

⁹ Nos estudos sobre as relações entre linguagem oral e escrita, alguns autores trabalham com a hipótese de que há um *continuum* ou gradiente entre ambas. Koch (1997: 61) explica que, embora linguagem oral e linguagem escrita sejam duas modalidades de uso da língua, com suas próprias peculiaridades, isso não significa que devam ser encaradas de maneira dicotômica.

2.2. Variante. Não se deve confundir o termo variedade com variante. Para o conceito de variante, Dubois (1988) diz que, se duas unidades lingüísticas (fonema ou morfema) figuram no mesmo ambiente (fonológico ou morfológico) e se elas podem ser substituídas uma pela outra, sem que haja uma diferença no sentido denotativo da palavra ou da frase, tem-se aí, variantes.

Variante é a forma lingüística (fonema, morfema, palavra ou regra sintática) utilizada na língua como alternativa a outra, com o mesmo valor e função. É um exemplo de variante as expressões *em que*, *na qual*, *onde*, para a frase “A sala *em que* nos reunimos”; “A sala *na qual* nos reunimos”; “A sala *onde* nos reunimos”.

2.3. Variável lingüística é uma unidade com ao menos duas formas variantes, cuja escolha depende de outros fatores, como sexo, idade, status social, grau de instrução etc. (Labov, 1966). É o elemento estrutural isolável; é um conjunto de manifestações do mesmo elemento, e cada uma das manifestações ou expressões de uma variável recebe o nome de variante lingüística.

A variável é um conjunto de variantes: “as meninas” x “as menina” / “nós vamos” x “nós vai” / “a casa que eu moro” X “a casa em que eu moro” / “assisti o filme” x “assisti ao filme” etc.

2.4. Língua culta X norma padrão. De acordo com o Dicionário de Lingüística de Dubois (1988), norma é um sistema de instruções que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um ideal estético ou sociocultural.

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que a expressão (muito utilizada inclusive por lingüistas) “língua padrão” é inadequada, já que, para a Sociolingüística, uma língua pressupõe falantes reais em uso efetivo da língua, enquanto a norma padrão é uma abstração, ou seja, um modelo de língua idealizado, que não existe na realidade, é apenas um ideal proposto (imposto) pela gramática normativa. Como bem defende Faraco (2004), “uma codificação taxonômica de formas assumidas como um modelo lingüístico ideal”. Assim, a expressão adequada é norma padrão.

Outra expressão também utilizada erroneamente pelo senso comum e até mesmo por lingüistas é “norma culta” como sinônimo de *norma padrão*. Língua culta, como é utilizada pelo projeto NURC¹⁰, é a linguagem dos falantes na área urbana, com escolaridade superior completa. Entretanto, essa língua culta não é a norma padrão. Alguns exemplos claros dessa diferença são vistos em diversas regências que a gramática normativa ensina de uma forma e os falantes cultos utilizam de outra, como é o caso dos verbos *ir*, *chegar* e *levar*, que de acordo com a gramática normativa, pedem a preposição “a”, mas que a maioria dos falantes cultos utiliza com a preposição *em*, ou seja, em qualquer região do país, a maioria dos falantes dizem que “vão no médico, no banheiro, no banco”; que “vão chegar no trabalho, em Brasília, em casa”; “que vão levar os filhos na escola, no cinema, no circo”. Evidenciando que a língua culta é diferente da norma-padrão.

3. Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) foi implantado em 2004, para atender aos alunos do ensino médio da rede pública. Para participar do Programa, essas obras devem ser apresentadas em um volume único¹¹ organizado em relação a um programa curricular que abranja o conteúdo das três séries, contemplando estudos da língua, literatura brasileira e portuguesa e leitura e produção de textos¹². Os livros do aluno devem estar acompanhados, obrigatoriamente, do livro do professor.

O processo de avaliação é realizado por uma equipe de especialistas na área de Língua Portuguesa, no nosso caso específico, especialmente contratada para analisar “as qualidades, deficiências e possibilidades que oferecem aos professores”¹³. Os pareceristas avaliam cada título sendo que os aprovados irão constar, junto com uma resenha crítica desses livros, no Catálogo de Livros Didáticos que será encaminhado às escolas para que os professores façam a opção pelo livro a ser adotado em sua escola.

¹⁰ O Projeto NURC - Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro - se desenvolve em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e estuda a fala culta, ou seja o desempenho lingüístico de falantes de ambos os sexos, nascidos na cidade, com escolaridade universitária. O projeto NURC tem por objetivo documentar e descrever o uso urbano do português falado no Brasil, em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares.

¹¹ De acordo com o Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos, “livros didáticos volume único são livros que apresentam conteúdo e atividades, num único volume, com o propósito de atender as três séries que compõem o ensino médio.

¹² O Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos de 2006, que serão distribuídos em 2007, considera além de livros em volume único, as coleções.

¹³ Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio: PNLEM/2005. Brasília: MEC, SEMTEC, FNDE, 2004.

3.1. Critérios de avaliação dos livros didáticos

Os critérios para avaliação dos livros didáticos estão divididos em critérios comuns e critérios específicos para Língua Portuguesa. O Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos propõe três critérios comuns fundamentais: a) contribuição para a construção da cidadania; b) correção e pertinência metodológicas; c) correção dos conceitos e das informações básicas. E destaca que o critério da correção e da pertinência metodológicas refere-se, entre outras, aos paradigmas teórico-metodológicos que fundamentam as novas diretrizes didático-pedagógicas para Língua Portuguesa, paradigmas esses “relativamente recentes, pouco difundidos e insuficientemente assimilados”, conforme evidencia o Edital.

Os critérios específicos de Língua Portuguesa sugerem observar:

- a) o processo de apropriação da linguagem escrita pelo aluno, assim como das formas públicas da linguagem oral — o mais complexo e variado possível;
- b) o desenvolvimento da proficiência na norma-padrão, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido; e
- c) a prática de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita.

Os critérios relativos à reflexão sobre a língua e a linguagem e à construção dos conhecimentos lingüísticos são os mais importantes para esta pesquisa, sobre o tratamento da variação lingüística no livro didático, pois é justamente aí que se encontra nosso objeto de estudo. Nesta pesquisa, verificaremos como os autores inserem esses critérios, exigidos pelo MEC, em seus livros didáticos.

4. Obras analisadas

As obras analisadas são as seguintes:

Título	Autor(es)	Editora
<i>Língua Portuguesa</i>	Heloísa Harue Takazaki	Ibep – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda.
<i>Língua Portuguesa</i>	Zuleika de Felice Murrie Simone Gonçalves da Silva Jeosafá Fernandes Gonçalves Harry Vieira Lopes	Editora do Brasil S/A
<i>Novas Palavras - Português</i>	Mauro Ferreira do Patrocínio Severino Antônio Moreira Barbosa Ricardo Silva Leite Emília Amaral	FTD S/A
<i>Português - De Olho no Mundo do Trabalho</i>	José De Nicola Neto Ernani Terra	Scipione Ltda.
<i>Português - Língua, Literatura, Produção de Textos</i>	Maria Luiza Marques Abaurre Marcela Regina Nogueira Pontara Tatiana Fadel	Moderna Ltda.
<i>Português - Língua, Literatura, Gramática, Produção de Textos</i>	Leila Lauer Sarmento Douglas Tufano	Moderna Ltda.
<i>Português: Língua e Cultura</i>	Carlos Alberto Faraco	Base Editora e Gerenciamento Pedagógico
<i>Português: Linguagens</i>	Thereza Anália Cochar Magalhães William Roberto Cereja	Atual Editora/ Saraiva Livresiros Editores S/A
<i>Textos: Leituras e Escritas</i>	Ulisses Infante	Scipione Ltda.

5. Exposição da análise

Para exemplificar como é feita a análise da coerência entre a teoria sobre a variação lingüística apresentada nos capítulos e a prática dos fatos gramaticais apresentada nos demais capítulos. Para isso, serão mencionados dois exercícios, nos quais autores diferentes utilizaram o mesmo texto motivador. Em ambos os livros, o capítulo destinado à variação estava adequado aos critérios estabelecidos pelo MEC.

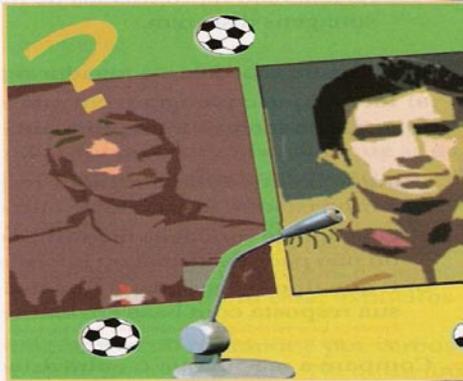
O texto motivador era o seguinte:

Leia este texto:

Aí, galera

Jogadores de futebol podem ser vítimas de estereotipação. Por exemplo, você pode imaginar um jogador de futebol dizendo “estereotipação”? E, no entanto, por que não?

- Aí, campeão. Uma palavrinha pra galera.
- Minha saudação aos aficionados do clube e aos demais esportistas, aqui presentes ou no recesso dos seus lares.
- Como é?
- Aí, galera.
- Quais são as instruções do técnico?
- Nosso treinador vaticinou que, com um trabalho de contenção coordenada, com energia otimizada, na zona de preparação, aumentam as probabilidades de, recuperado o esférico, concatenarmos um contragolpe agudo com parcimônia de meios e extrema objetividade, valendo-nos da desestruturação momentânea do sistema oposto, surpreendido pela reversão inesperada do fluxo da ação.
- Ahn?
- É pra dividir no meio e ir pra cima pra pegá eles sem calça.
- Certo. Você quer dizer mais alguma coisa?
- Posso dirigir uma mensagem de caráter sentimental, algo banal, talvez mesmo previsível e piegas, a uma pessoa à qual sou ligado por razões, inclusive, genéticas?
- Pode.
- Uma saudação para a minha progenitora.
- Como é?
- Alô, mamãe!
- Estou vendo que você é um, um...
- Um jogador que confunde o entrevistador, pois não corresponde à expectativa de que o atleta seja um ser algo primitivo com dificuldade de expressão e assim sabota a estereotipação?
- Estereoquê?
- Um chato?
- Isso.



(Correio Braziliense, 13/5/1998.)

O exercício foi explorado de maneiras diferentes pelos autores; na primeira, Cereja e Magalhães (2005, p. 23) foi incoerente com o que se propôs no capítulo destinado à variação lingüística: além de não orientar satisfatoriamente o professor (dando como resposta apenas “não”, “sim”), formulou a pergunta de forma preconceituosa “...o estereótipo do jogador que **fala mal**” [...] “...os jogadores mostram uma linguagem tão **pobre e truncada**” e a resposta para o professor é ainda pior: “Talvez porque o repórter (e também o público esportivo seja **mal preparado** ou tenha um **repertório lingüístico limitado**). (grifos nossos).

6. Compare a reação que o entrevistador tem quando ouve a primeira resposta do jogador com a que tem quando ouve a resposta reformulada.

- a) A primeira resposta é adequada ao interlocutor, ou seja, ao entrevistador e, por extensão, ao público que ele representa? Não.
- b) E a segunda resposta? Sim.

7. O texto não somente põe em xeque o estereótipo do jogador que fala mal, mas também chega a inverter a situação. De acordo com o ponto de vista do texto, por que os jogadores mostram uma linguagem tão pobre e truncada quando são entrevistados?

Talvez porque o repórter (e também o público esportivo) seja mal preparado ou tenha um repertório lingüístico limitado.

No segundo exemplo, a seguir, do livro *Língua Portuguesa*, de Heloísa Takazaki (p.40), vemos como o mesmo texto pode ser explorado de maneira a considerar e aplicar a teoria ensinada no capítulo destinado à variação lingüística. A autora questiona se a linguagem muito formal é “adequada” à situação da entrevista; e aproveita para levar o tema para a realidade do aluno, ao pedir exemplos do cotidiano nos quais há inadequação da linguagem.



RESPONDA
SEMPRE
EM SEU CADERNO

Troque idéias

1. Estereótipo é o lugar-comum, o clichê. Qual é a imagem clichê que as pessoas costumam ter dos jogadores de futebol?

2. O jogador parece surpreender seu entrevistador. Que elementos dão conta disso?

3. A linguagem muito formal do jogador é adequada à situação da entrevista?

Comente.

4. Que outros exemplos você poderia citar de inadequações de linguagem em relação ao contexto?

5. Enfim, há no texto “Aí, galera”, duas situações que fogem à expectativa do público. Quais são elas?

6. Algumas conclusões

Este trabalho ainda está em andamento, mas algumas conclusões já podem ser apresentadas:

- Poucos livros trabalham com a pluralidade de línguas existente no Brasil. A maioria continua apresentando o português como único idioma do País
- Como a questão dos gêneros textuais está sendo um assunto (relativamente) bem difundido, a grande maioria dos autores lidam de forma satisfatória com a variação entre fala e escrita: apresentando o contínuo de gêneros textuais entre a fala mais espontânea e a escrita mais monitorada. Poucos autores ainda separam rigidamente a fala e a escrita.
- Como é um critério para aprovação pelo MEC, todos os livros reservam um capítulo para falar sobre a variação lingüística. A maior parte dos autores é coerente com a teoria apresentada nesse capítulo, quando menciona fatos de gramática, mas ainda há os de tradição gramatical que falam de “certo” e “errado”.
- Ainda há muita confusão nas definições de *norma-padrão*, “língua padrão”, “variedade padrão”; “norma culta” e variedades cultas. Esse engano é visto também em textos de lingüistas e até no texto do próprio PNLEM, citado acima: “considerar a **língua padrão** no contexto da variação lingüística, sem estigmatizar as demais variedades”, quando deveria ser norma-padrão.

Entretanto, apesar de ainda não estarmos em uma situação ideal, percebo um grande avanço e uma tentativa, por parte dos autores, de adequar e modernizar seus livros didáticos, com base nos estudos da Sociolingüística sobre a heterogeneidade constitutiva das línguas humanas. É óbvio que a preocupação imediata dos autores é atender aos critérios propostos pelo PNLEM, mas isso não invalida esse progresso.

Muito pelo contrário, mostra que é possível, sim, conseguir profundas mudanças a partir de uma política governamental bem elaborada, fundamentada em estudos científicos.

Certamente, esse é o primeiro passo para modificar o preconceito lingüístico, ainda hoje tão arraigado em nossa cultura, e promover um ensino lingüístico pluralizado e democrático no Brasil.

7. Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. (org.). *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política de livros didáticos*: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes & VAL, Maria da Graça. *Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas*: Autêntica, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a Sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Nóis chegemu na iscola, e agora?- Sociolingüística e educação*: Parábola Editorial, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: Perspectiva, 1996.

BRASIL. MEC. SEMTEC. *Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC. Vol. 2, 1999.

BRASIL. MEC. SEF. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. MEC. SEMTEC. *Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio*. Brasília: Conselho Nacional de Educação — Câmara Básica, 1998.

BUNZEN, Clécio & MENDONÇA, Márcia (org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

DIONÍSIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

FASOLD, Ralph. *The Sociolinguistics of language*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. *Princípios de Sociolingüística e Sociologia del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

GERALDI, João Wanderley. (org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática.

- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- ILARI, Rodolfo. *A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- KLEIMAN, Angela. (org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1985.
- KOCH, Ingedore Vilaça . *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz A. *Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”*. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004.
- NEVES, Maria Helena. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. *Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico*. In: Moura e Silva (org.). *O direito à fala – A questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Contradições no ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 1994.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- WEINREICH, U., LABOV, William, HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.